



CENTRO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO "SEMENTE DE AMOR"
ANTENEDORA: ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI JOÃO NEIVA, CNPJ: 32.403.602/0001-86
credenciamento de acordo com a Resolução CEE nº 2883/2011 Publicação: D.O 21/10/11
Lei de Utilidade Pública Estadual – Lei nº 5.048/1995
Lei de Utilidade Pública Municipal – Lei nº 1.516/2004
Rua Jacinta Palassi de Angeli, Nº81 Loteamento Ernesto Santos Silva- ES
CEP 29.680-000 TEL: (27) 3258-2499 / 99974-8514 E-mail: pestalozzijn@yahoo.com.br

PLANO DE TRABALHO

1. DADOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Nome Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social		CNPJ 03.252.312/0001-80
Logradouro (Avenida, Rua, Rod.) Rua Dr. João Carlos de Souza nº 107, Ed. Green Tower		
Bairro Barro Vermelho	Cidade Vitória	CEP 29.057-530
E-mail da Instituição convenios@setades.es.gov.br		Home Page https://setades.es.gov.br/
Telefone 1 (27) 3636-6810	Telefone 2 (27) 3636-6807	Telefone 3 (27) 3636-6806

2. DADOS GERAIS DA PROPONENTE

Nome Associação Pestalozzi de João Neiva		CNPJ 32.403.602/0001-86
Logradouro (Avenida, Rua, Rod.) Rua Jacinta Palassi De Angeli		
Bairro Loteamento Ernesto Santos Silva	Cidade João Neiva	CEP 29.680-000
E-mail da Instituição pestalozzijn@yahoo.com.br		Home Page Facebook Pestalozzi João Neiva
Telefone 1 (27) 3258-2499	Telefone 2 (27)99974-8514	Telefone 3 0

3. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL LEGAL PELA PROPONENTE

Nome Maria Melânia Ruy Tolomei de Araújo		CPF: 396.580.407-30	
Nº RG 5.052.152	Órgão Expedidor SPTC	Cargo Presidente	Função Presidente
Logradouro (Avenida, Rua, Rod.) Rua Étore Broto- Nº 371			
Bairro Vila Nova de Baixo	Cidade João Neiva	CEP 29.680-000	
Telefone 1 (27)3258-2499	Telefone 2 0	Telefone 3 0	

4. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO PELO PROJETO

Nome Liliane Ferreira Nunes Capucho		
Área de Formação Serviço Social		Nº do Registro no Conselho Profissional 4008
Bairro Solar Bitti	Cidade Aracruz	CEP 29.190-000
E-mail do Técnico liliferreira1@hotmail.com		
Telefone do Técnico 1 (27)3258-2499	Telefone do Técnico 2 (27)99963-5869	



5. DESCRIÇÃO DA REALIDADE

5.1 Breve histórico e finalidade da OSC:

"A Associação Pestalozzi de João Neiva" constitui-se como organização da Sociedade Civil sem fins lucrativos, de interesse público e social, inscrita no CNPJ 32.403.602-86, filiada à Federação Nacional das Associações Pestalozzi (FENAPESTALOZZI – Brasília) e vinculada à Federação Estadual das Associações Pestalozzi (FEPESTALOZZI – ES). Foi fundada em 17 de junho de 1992, funcionando inicialmente em prédio cedido pela prefeitura municipal de João Neiva, e a partir de 27 de abril de 2001 conquistou a sua sede própria na Rua Jacinta Palassi De Angeli, nº 81, Loteamento Ernesto Santos Silva, no bairro Gadioli, com abrangência na zona rural e urbana.

A cada três anos, os associados efetivos contribuintes elegem seus administradores em Assembleia Geral constituindo a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal que se encarregam da Gestão e do controle financeiro, dentre outras atribuições. Esta estrutura funciona atrelada a estrutura funcional, composta por uma Presidente, um corpo docente e discente, equipe técnica, equipe pedagógica, oficineiro, cozinheira, auxiliar de serviços gerais, secretária e motorista.

5.2. Principais Ações na Área da Assistência Social:

- A Associação Pestalozzi de João Neiva desenvolve um trabalho de atendimento às pessoas com deficiência Intelectual, múltipla, transtorno global do desenvolvimento e do espectro autista, desde o nascimento, sem limitar a faixa etária de atendimento e as suas respectivas famílias. O trabalho é realizado em nível de prevenção, orientação, habilitação e reabilitação, com vistas à redução das incapacidades, desenvolvimento das potencialidades e habilidades para o trabalho, à inclusão social e à melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência.
- Oferta de atendimento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos com a prevenção à ocorrência de situações de riscos e vulnerabilidades sociais;

5.3. Caracterização do Serviço Socioassistencial:

A Associação Pestalozzi de João Neiva é uma Organização da Sociedade Civil que atua de forma preventiva no campo da Assistência Social e está inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social e no Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente, e tem por finalidade a prestação gratuita do serviço socioassistencial no âmbito da Proteção Social Básica.

Em consonância com a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS (Lei nº 8.742/1993) e a Resolução CNAS nº 34 de 28/11/2011, a Associação Pestalozzi de João Neiva desenvolve o "Programa Ações de Habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração a vida comunitária", ofertando atendimento no nível da proteção social básica por meio do seguinte serviço socioassistencial tipificado:



Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

Trata-se de um serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social.

Caracteriza-se como uma forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território.

Está organizado de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária.

Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social.

Possui articulação com o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), de modo a promover o atendimento das famílias dos usuários destes serviços, garantindo a matricialidade sócio familiar da política de assistência social.

5.4. Perfil do Público Beneficiário do SCFV

Pessoas com deficiência na faixa etária de 17 a 70 anos, de ambos os sexos, em vulnerabilidade social.

5.5. Capacidade de Atendimento

Na área da Assistência Social, a entidade atende atualmente 40 usuários no SCFV, podendo atender a 100 em sua capacidade máxima, conforme infraestrutura, recursos humanos e financeiros

5.6. Metodologia de Trabalho

Em conformidade com a Política Nacional de Assistência Social, a Associação Pestalozzi de João Neiva está referenciada ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do território onde está sediada, com a finalidade de manter a articulação com o PAIF para prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania.

Cabe destacar que o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos desenvolvido pela OSC é monitorado por técnico de referência do CRAS, que recebe os encaminhamentos de cadastramento das famílias dos usuários do SCFV da OSC para acompanhamento integrado com o CRAS, afim de fortalecer a função protetiva da família, prevenir a ruptura de seus vínculos, promover o acesso e usufruto de seus direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida.

A equipe de referência do SCFV da Associação Pestalozzi de João Neiva é formada por Assistente Social, Psicólogo, Educador Social e Pedagogo, que juntamente com o técnico de referência do CRAS, reúne-se de acordo com a demanda, a fim de discutir o planejamento das atividades de forma conjunta e integrada, visando à troca de informações e a solução dos problemas encontrados na execução do serviço socioassistencial.

No SCFV, as intervenções pautam-se em experiências lúdicas, culturais e pedagógicas, como forma de expressão, interação, aprendizagem, sociabilidade, e proteção social, por meio das oficinas, que oportunizam a convivência social, a participação cidadã, e a formação geral para o mundo.



Para os Grupos de Convivência são disponibilizadas até 100 vagas, para atender aos usuários com idade acima de 17 anos que não estão incluídos na rede regular de ensino, porém, vale ressaltar que as vagas não estão todas preenchidas e que cada usuário pode ter vários atendimentos nas diferentes oficinas. No cadastramento dos usuários no SCFV, são preenchidas fichas individuais onde se detecta a aptidão de cada um.

As oficinas são ofertadas quatro vezes por semana e organizadas em pequenos grupos de no máximo 10 usuários nos turnos matutino e vespertino, de acordo com a faixa etária, interesses e objetivos.

Cada oficina possui uma dinâmica de revezamento para os atendimentos, sendo estes, discutidos entre os profissionais envolvidos a fim de definir a melhor forma de se atingir os propósitos determinados para aquele usuário.

Cada educador realiza o planejamento pautado na realidade de cada grupo obedecendo a um planejamento individualizado.

Dentre as oficinas de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, citamos:

A **Oficina Socioeducativa de Informática**: é ofertada duas vezes por semana para 60 usuários nos turnos matutino e vespertino, organizados em pequenos grupos de 15 pessoas, com duração de 2h para cada grupo, inserindo-os no mundo virtual, possibilitando o acesso dos usuários às novas tecnologias de informação como forma de inclusão social e ferramenta de aprendizagem.

A **Oficina Socioeducativa de Artesanato**: acontece uma vez por semana nos turnos matutino e vespertino para 40, jovens e adultos, organizados em pequenos grupos com duração de 2h para cada grupo, promovendo momentos de recreação e interação, possibilitando a ampliação artística e cultural, estimulando o desenvolvimento de potencialidades, habilidades, talentos e propiciando a formação cidadã e a convivência social.

A **Oficina Socioeducativa de Música**: acontece duas vezes por semana nos turnos matutina e vespertina para até 70 jovens e adultos e idosos, organizados em pequenos grupos por faixa etária, com duração de 1h30min para cada grupo promovendo a interação, concentração, conhecimento, recreação entre os participantes, despertando a sensibilidade e o interesse pela música permitindo a interpretação e a expressividade das emoções por meios de técnicas e diferentes estilos musicais estimulando a sensibilidade auditiva, motora e oral e a convivência social.

A **Oficina Socioeducativa de Capoeira**: acontece uma vez por semana nos turnos matutinos e vespertinos para 70 crianças, jovens e adultos, organizados em pequenos grupos por faixa etária com duração de 1h para cada grupo, com benefícios para o corpo e a mente despertando a cooperação, a disciplina, o espírito de equipe, desenvolvendo as potencialidades psicomotoras e cognitivas, a integração social, contribuindo para a qualidade de vida das crianças, dos jovens e dos adultos.

A **Oficina Socioeducativa de Recreação**: Acontece uma vez por semana nos turnos matutino e vespertino para até 60 jovens, adultos e idosos, organizados em pequenos grupos por faixa etária, com duração de 01 h para cada grupo, com benefícios para o corpo e a mente. A equipe desenvolve atividades com os atendidos através de brincadeiras lúdicas como: brincadeira de roda, com bola, exibição de filmes, entre outras. As atividades buscam principalmente estimular e desenvolver a socialização e as habilidades entre os usuários, contribuindo para a qualidade de vida de jovens e adultos.

As oficinas estão organizadas de acordo com o número de vagas disponíveis, por isto, nem todas possuem a mesma carga horária.

Quatro vezes por semana, são ofertados atendimentos de Pedagogia para melhor desempenho dos usuários em atividades com estímulo ao desenvolvimento de novas habilidades.

Quanto a oferta de lanches/refeições aos usuários, inicialmente é ofertado o café da manhã, e em seguida os usuários são divididos em grupos nas oficinas para desenvolvimento das potencialidades e a superação de vulnerabilidades com a equipe de referência do SCFV (assistente social, psicóloga e



educadora social). Posteriormente é servido um almoço e café da tarde. As refeições/lanches são preparadas por cozinheira habilitada da instituição e é servido no refeitório.

O Serviço Social é parte integrante da equipe técnica inter e multiprofissional da instituição, tendo como função, recepcionar os novos usuários de nossos serviços, assim como de acompanhar a sua evolução e apoiar seus familiares em todo o processo. Desenvolve trabalho social de Acolhida; Visita familiar; Escuta; Mediação de Conflitos; Orientação e encaminhamentos para inserção em serviços da rede socioassistencial e serviços de outras políticas públicas; Orientação sócio familiar; Desenvolvimento de atividades de convívio familiar, grupal e social; Informação, comunicação e defesa de direitos; Fortalecimento da função protetiva da família; Elaboração de instrumento técnico de acompanhamento e desenvolvimento do usuário; Mobilização para a cidadania (participação junto com os usuários em Conferências e Fóruns de Autodefensores, dentro e fora do município).

5.6.1- Metodologia de Trabalho do Serviço Socioassistencial (durante o Contexto da Pandemia Covid 19).

Diante de um cenário tão desafiador, e das medidas de restrição de circulação para conter o avanço do novo Corona vírus, o trabalho remoto ganhou uma nova dimensão. No ano de 2020 todos nós fomos pegos de surpresa com a Pandemia do Novo Corona Vírus existente em nosso país, tivemos que nos reorganizar para continuar atendendo os nossos usuários de forma continuada.

Os usuários foram assistidos de forma remota, com envio de atividades, contato telefônico, vídeo chamada e entrega de cestas básicas.

Para o ano de 2022 o SCFV irá acontecer presencialmente, o Educador Social irá planejar as suas atividades de acordo com a realidade do seu grupo, e tendo todas as medidas de segurança que é estabelecido.

Cada educador realiza o planejamento pautado na realidade de cada grupo obedecendo a um planejamento individualizado.

Trabalho de prevenção à ocorrência de situações de risco social e fortalecimento da convivência familiar e comunitária dos usuários durante a pandemia:

O atendimento será realizado às famílias e usuários, presencialmente e através de contatos telefônicos, vídeo chamadas por aplicativo, seguindo todos os protocolos estabelecidos pela ANVISA, a fim de realizar um atendimento seguro para os usuários, familiares e profissionais.

Trabalho Articulado do SCFV com a rede Socioassistencial (CRAS E CREAS) durante a pandemia:

A articulação com a rede será realizada através de contato telefônico, e presencial quando se fizer necessário, respeitando todos os protocolos de segurança da COVID 19.

6. SÍNTESE DA PROPOSTA

6.1. Objeto

Cooperação técnica e financeira para a manutenção do atendimento com qualidade a 40 (quarenta) pessoas com deficiência do Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos, vinculado ao Programa de Ações de Habilitação e Reabilitação da Pessoa com Deficiência e a Promoção de sua Integração à Vida Comunitária desenvolvido pela Associação Pestalozzi de João Neiva, cujo recurso destinar-se-á aocusteio de materiais de consumo (material didático-pedagógico, de limpeza, higiene pessoal e materiais permanentes).



6.2. Objetivo geral

Aperfeiçoar as ações de Habilitação e Reabilitação da Pessoa com Deficiência, particularmente, o desenvolvimento das atividades de convivência e fortalecimento de vínculos com maior eficiência e eficácia, que valorizem o ser humano.

6.3. Objetivos específicos

- Assegurar espaços de referência para o convívio grupal, social e o desenvolvimento de relações de afetividade, solidariedade e respeito mútuo no ambiente.
- Promover vivências lúdicas nas oficinas desenvolvendo as habilidades, potencialidades e o protagonismo dos usuários;
- Fornecer material necessário ao desenvolvimento das oficinas de artes, música, informática, capoeira, e recreação proporcionando sua constante reposição e a continuidade do trabalho proposto;
- Orientar os usuários quanto ao uso consciente dos materiais adquiridos e seu melhor aproveitamento;
- Oferecer um espaço acolhedor, limpo e organizado para atender os usuários e seus familiares.
- Atender à necessidade de cuidados básicos de higiene pessoal dos usuários durante o atendimento do SCFV na instituição;
- Respeitar o limite definido para a capacidade máxima de pessoas em cada ambiente, afixando cartazes informativos no local;
- Reforçar a limpeza dos objetos e superfícies;
- Aferição da temperatura de todos que adentrarem na instituição;
- Notificar imediatamente os casos suspeitos para a Vigilância Epidemiológica local, para orientações e encaminhamentos;
- Diminuir a frequência dos encontros;
- Disponibilizar Epi's para todos os profissionais;

6.4. Público beneficiário da proposta

Capacidade para atender até 40 (quarenta) pessoas com deficiência, intelectual, múltipla, transtorno global do desenvolvimento e do espectro autista, residentes no município de João Neiva e municípios vizinhos.

6.5. Justificativa

A "Associação Pestalozzi de João Neiva" é uma Organização da Sociedade Civil sem fins lucrativos, de interesse público e social que atende atualmente a 40 (quarenta) pessoas com deficiência na faixa etária de 17 a 70 de idades (jovens, adultos e idosos), residentes no município de João Neiva, com abrangência nas zonas rural e urbana, e vem desde então se firmando como entidade filantrópica, com Estatuto e Diretoria próprios, pautados em princípios de prestação gratuita de serviços socioassistenciais articulados com ações educacionais e de saúde.

Os serviços socioassistenciais prestados pela Associação Pestalozzi de João Neiva às pessoas com deficiência e suas famílias tem por objetivo prevenir e proteger das situações de vulnerabilidade e risco social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e/ou fragilização de vínculos afetivos - relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras), por meio do desenvolvimento das potencialidades, aquisições, autonomia, fortalecimento dos vínculos familiares e



comunitários, defesa e garantia de direitos, contribuindo para a qualidade de vida dos usuários e familiares, em articulação com os outros setores da Entidade.

Tendo em vista que a instituição necessita ter sempre em estoque **materiais de consumo** (didático-pedagógicos) para uso diário nas oficinas de artes, música, capoeira, informática, o custeio destes será de suma importância à continuidade destas atividades com foco na convivência fortalecimento de vínculos, no desenvolvimento da autonomia e independência e de melhoria na qualidade de vida.

Já o custeio dos **materiais de consumo de limpeza** proporcionará ambiente acolhedor, organizado e em condições dignas de higiene aos usuários e familiares atendidos pelos serviços socioassistenciais.

O custeio **dos materiais de higiene pessoal** atenderá a necessidade de cuidados básicos aos usuários durante o atendimento na instituição, proporcionando melhor aproveitamento das atividades propostas.

O custeio dos materiais permanentes irá contribuir para melhorar a oferta do serviço e dar melhores condições nas atividades propostas aos nossos usuários.

Todavia, as atividades de proteção básica de fortalecimento de vínculos inclusas no Programa de Ações de Habilitação e Reabilitação da Pessoa com Deficiência e a Promoção à Vida Comunitária cumprem um importante papel em relação à garantia de direitos na qual se inclui as seguranças afiançadas pelo Sistema Único de Assistência Social- SUAS e a proteção integral dos usuários.

Com o contexto de isolamento social em decorrência da Pandemia da COVID-19, o tempo de convivência familiar ampliou consideravelmente, observando-se nessa mudança pontos positivos e negativos, dependendo da relação familiar anterior.

À vista disso, a execução dos serviços pode privilegiar a Segurança Afiançada de Convívio Familiar: de vivenciar experiências que contribuam para o estabelecimento e fortalecimento de vínculos familiares e de vivenciar experiências de ampliação da capacidade protetiva e de superação de fragilidades sociais. Ressalta-se assim, a importância da promoção de vivências e experiências em família, que contribuam para o desenvolvimento de potencialidades e fortalecimento de vínculos.

Diante do contexto atual é fundamental a relação da instituição com as famílias e seus usuários e o atendimento presencial proporciona a continuidade do serviço de fortalecimento de vínculos, viabilizando uma visão das questões sociais, justificando-se a necessidade de adequação da metodologia de execução do serviço socioassistencial para o cumprimento do objeto pactuado através do termo de parceria firmado com a SETADES.

Por fim, justifica-se que o custeio de materiais de consumo se faz necessário para viabilizar e dar continuidade ao atendimento, com qualidade aos usuários e familiares do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, vinculado ao Programa de Ações de Habilitação e Reabilitação da Pessoa com Deficiência e a Promoção à Vida Comunitária.

6.6. Equipe de profissionais que atuarão na execução da proposta

Nº DE PROFISSIONAIS	FUNÇÃO	FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA SEMANAL
01	PRESIDENTE	ENSINO SUPERIOR	Voluntário
01	PEDAGOGA	ENSINO SUPERIOR	25HORAS
01	SECRETÁRIA	ENSINO SUPERIOR	40 HORAS



CENTRO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO "SEMENTE DE AMOR"
ANTENEDORA: ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI JOÃO NEIVA, CNPJ: 32.403.602/0001-86
credenciamento de acordo com a Resolução CEE nº 2883/2011 Publicação: D.O 21/10/11
Lei de Utilidade Pública Estadual – Lei nº 5.048/1995
Lei de Utilidade Pública Municipal – Lei nº 1.516/2004
Rua Jacinta Palassi de Angeli, Nº81 Loteamento Ernesto Santos Silva- ES
CEP 29.680-000 TEL: (27) 3258-2499 / 99974-8514 E-mail: pestalozzi@yahoo.com.br

02	CUIDADORA	ENSINO SUPERIOR	25 HORAS
01	INSTRUTOR DE MÚSICA	ENSINO SUPERIOR	16 HORAS
01	INSTRUTORA DE INFORMÁTICA	ENSINO MÉDIO	16 HORAS
01	EDUCADOR SOCIAL	ENSINO SUPERIOR	25 HORAS
03	PROFESSORA	ENSINO SUPERIOR	25 HORAS
02	CUIDADORA	ENSINO SUPERIOR	25 HORAS
01	INSTRUTOR DE CAPOEIRA	ENSINO MÉDIO	8 HORAS
01	COZINHEIRA	ENSINO FUNDAMENTAL	40 HORAS
01	MOTORISTA	ENSINO FUNDAMENTAL	40 HORAS
01	ASG	ENSINO MÉDIO	40 HORAS
01	ASSISTENTE SOCIAL	ENSINO SUPERIOR	16 HORAS
01	CONTADOR	ENSINO SUPERIOR	-
01	FONODIÓLOGA	ENSINO SUPERIOR	20 HORAS
01	FISIOTERAPEUTA	ENSINO SUPERIOR	20 HORAS
01	PSICÓLOGA	ENSINO SUPERIOR	20 HORAS

6.7. Metodologia para avaliação do grau de satisfação do usuário

A metodologia utilizada para saber o grau de satisfação será através de pesquisa de opinião com os atendidos, reuniões semestrais com responsáveis e relatórios individuais e em equipe.

O resultado da pesquisa será divulgado em Reunião de Pais/Responsáveis e afixado no mural da Entidade, com envio na prestação de conta final da parceria.

6.8. Sustentabilidade da proposta

No ano de 2021, a Entidade firmou parceria com a Prefeitura Municipal de João Neiva, por intermédio da Secretaria de Assistência com o do Termo de Fomento Nº 002/2021 e Fundo Municipal de Infância e Adolescência (FIA) com o Termo de Fomento 005/2021

Para manter a continuidade das atividades propostas e atendimentos às pessoas com deficiência e seus familiares, a Instituição continuará buscando parcerias com órgãos públicos, emendas parlamentares, poder judiciário, eventos e empresas privadas de diversas formas e fontes, inovando e acrescentando novas metodologias sem prejudicar a essência da proposta.

6.9. Período de execução do objeto

Início: Novembro de 2022	Término: Outubro de 2023
--------------------------	--------------------------

7. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Meta 1: Continuidade da oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos que integra o Programa "Ações de Habilitação e Reabilitação da Pessoa com Deficiência e a Promoção da sua Integração à vida Comunitária para atendimento às pessoas com deficiência e suas famílias propensas a situação de vulnerabilidade e risco social.



CENTRO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO "SEMENTE DE AMOR"
ANTENEDORA: ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI JOÃO NEIVA, CNPJ: 32.403.602/0001-86
credenciamento de acordo com a Resolução CEE nº 2883/2011 Publicação: D.O 21/10/11
Lei de Utilidade Pública Estadual – Lei nº 5.048/1995
Lei de Utilidade Pública Municipal – Lei nº 1.516/2004
Rua Jacinta Palassi de Angeli, Nº81 Loteamento Ernesto Santos Silva- ES
CEP 29.680-000 TEL: (27) 3258-2499 / 99974-8514 E-mail: pestalozzi@jnj@yahoo.com.br

Indicador (es):

- Nº de pessoas com deficiência atendidas pelo SCFV;
- Atividades, Ações e Atendimentos ofertados aos usuários pelo SCFV;
- Grau de Satisfação dos usuários e familiares atendidos pelo SCFV;
- Condições de trabalho adequada dos profissionais para atendimento aos usuários;
- Estrutura coerente com os atendimentos e atividades a serem desenvolvidas.

Metodologia de execução:

- Atendimento de grupos (oficinas) na modalidade presencial, o serviço será prestado diariamente, por equipe multiprofissional que compõe o SCFV, composta por técnicos, educadores sociais, administrativo e apoio visando a: Acolhida dos usuários e família; Planejamento e organização das atividades e ações do SCFV; Oferta diária dos atendimentos, atividades e ações do SCFV; Direcionamento dos usuários para os atendimentos, ações e atividades do SCFV e Monitoramento e avaliação do serviço prestado pela equipe do SCFV que incorpora o Programa "Ações de Habilitação e Reabilitação da Pessoa com Deficiência e a Promoção da sua Integração à vida Comunitária".
- Pesquisa de satisfação conforme metodologia descrita no tópico 6.7 deste plano.
- A Coordenação Administrativa do SCFV juntamente com o responsável técnico pelo projeto da parceria a ser celebrada elaborará relatório (s) referente aos atendimentos, ações e atividades executadas com os usuários e suas respectivas famílias no SCFV, incluindo registro fotográfico.

Etapas/atividades	Valor (R\$)	Período de Execução	
		Início	Término
1.1. Planejamento e organização da oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	-	NOV/2022	OUT/2023
1.2. Oferta contínua dos atendimentos, atividades e ações do SCFV	-	NOV/2022	OUT/2023
1.3. Pesquisa de grau de satisfação dos usuários do SCFV	-	NOV/2022	OUT/2023
1.4. Elaboração de Relatório das Atividades, Ações e Atendimentos executados pelo SCFV	-	NOV/2022	OUT/2023

Meta 2: Aquisição de 100% dos materiais didático-pedagógico para o desenvolvimento de atividades com os usuários nas oficinas do SCFV (artes, música, informática e capoeira).	Valor R\$ 8.553,57
Indicador(es):	
<ul style="list-style-type: none">▪ Nº de produtos didático-pedagógicos adquiridos;▪ Nº de usuários atendidos nas oficinas do SCFV	



Metodologia de execução:

- Para a aquisição de materiais didático-pedagógicos será feita a cotação de preços, com a identificação de fornecedores elegíveis e efetuação da compra, conforme preço médio do mapa comparativo de preços da parceria celebrada. O pagamento dar-se-á por transferência eletrônica.
- Os materiais adquiridos serão armazenados nos armários da secretaria e das salas das oficinas do SCFV.
- Para o desenvolvimento das oficinas serão elaborados planejamentos mensais e posterior avaliação com a participação dos usuários, conforme meta de serviço 1 deste plano de trabalho;
- Haverá o registro fotográfico do desenvolvimento das oficinas junto aos usuários, no que se refere ao uso dos materiais didático-pedagógico adquiridos;
- Também serão elaborados relatórios informativos sobre a execução da meta 4, por solicitação da SETADES, no período de monitoramento, e em cumprimento à prestação de contas final da parceria.

Etapas/atividades	Valor (R\$)	Período de Execução	
		Início	Término
2.1. Aquisição de materiais didático-pedagógicos	R\$ 8.553,57	NOV/2022	OUT/2023
2.2. Armazenamento dos materiais didático-pedagógicos	--	NOV/2022	OUT/2023
2.3. Utilização dos materiais didático-pedagógicos nas oficinas do SCFV especificadas nesta meta	--	NOV/2022	OUT/2023
2.4. Elaboração de relatórios informativos para atendimento ao monitoramento e prestação de contas final da parceria.	--	NOV/2022	OUT/2023

Meta 3: Aquisição de 100 % de materiais de limpeza para utilização no espaço físico da OSC, visando o atendimento com qualidade aos usuários do SCFV.	Valor R\$ 3.511,39		
Indicador (es): <ul style="list-style-type: none">▪ Nº de materiais de limpeza adquiridos▪ Satisfação dos usuários pela limpeza do ambiente			
Metodologia de execução: <ul style="list-style-type: none">▪ Para a aquisição de materiais limpeza será feita a cotação de preços, com a identificação de fornecedores elegíveis e efetuação da compra, conforme preço médio do mapa comparativo de preços da parceria celebrada. O pagamento dar-se-á por transferência eletrônica. No ato de recebimento dos materiais será realizada a conferência com a nota fiscal.▪ Os materiais de limpeza serão armazenados em local adequado.▪ Será realizada diariamente a limpeza geral e organização do espaço físico pelos auxiliares de serviços gerais, sob a supervisão da área administrativa, proporcionando ambiente organizado e acolhedor aos usuários do SCFV.▪ A Coordenação Administrativa do SCFV juntamente com o responsável técnico pelo projeto da parceria a ser celebrada elaborará relatório (s) informativo (s) sobre a execução da meta 05 no período de monitoramento, e na prestação de contas final da parceria.			
Etapas/atividades	Valor (R\$)	Período de Execução	
		Início	Término
3.1. Aquisição de produtos de limpeza;	R\$3.511,39	NOV/2022	OUT/2023
3.2. Armazenamento dos produtos de limpeza;	--	NOV/2022	OUT/2023
3.3. Utilização dos materiais de limpeza no espaço físico da OSC	--	NOV/2022	OUT/2023



3.4. Elaboração de relatórios informativos sobre a execução da meta no período de monitoramento, e na prestação de contas final da parceria.	--	NOV/2022	OUT/2023
--	----	----------	----------

Meta 4: Aquisição de 100 % de materiais de higiene pessoal, visando o atendimento diário com qualidade aos usuários do SCFV.	Valor R\$ 2.934,93		
Indicador (es): <ul style="list-style-type: none">Nº de materiais de higiene pessoal adquiridosSatisfação dos usuários/trabalhadores quanto a disponibilidade dos produtos de higiene pessoal			
Metodologia de execução: <ul style="list-style-type: none">Para a aquisição de roupas de cama e banho e de materiais de higiene pessoal será feita a cotação de preços, com a identificação de fornecedores elegíveis e efetuação da compra, conforme preço médio do mapa comparativo de preços da parceria celebrada. O pagamento dar-se-á por transferência eletrônica. No ato de recebimento dos materiais será realizada a conferência com a nota fiscal.As roupas de roupas de cama e banho e os materiais de higiene pessoal serão armazenados em local adequado e utilizados nos cuidados básicos dos usuários durante o atendimento na instituição.			
<ul style="list-style-type: none">A Coordenação Administrativa do programa juntamente com o responsável técnico pelo projeto da parceria a ser celebrada elaborará relatório (s) informativo (s) sobre a execução da meta 06 no período de monitoramento, e na prestação de contas final da parceria.			
Etapas/atividades	Valor (R\$)	Período de Execução	
		Início	Término
4.1. Aquisição de produtos de higiene pessoal;	R\$ 2.934,93	NOV/2022	OUT/2023
4.2. Armazenamento dos produtos de higiene pessoal;	--	NOV/2022	OUT/2023
4.3. Utilização dos materiais de higiene pessoal	--	NOV/2022	OUT/2023
4.4. Elaboração de relatórios informativos sobre a execução da meta 6 no período de monitoramento, e na prestação de contas final da parceria.	--	NOV/2022	OUT/2023

Meta 5: Aquisição de materiais permanentes, visando melhorar o atendimento diário aos usuários do SCFV.	Valor R\$ 14.998,97		
Indicador (es): <ul style="list-style-type: none">Nº de materiais de higiene pessoal adquiridosSatisfação dos usuários/trabalhadores quanto a disponibilidade dos materiais adquiridos			
Metodologia de execução: <ul style="list-style-type: none">Para a aquisição dos materiais permanentes será feita a cotação de preços, com a identificação de fornecedores elegíveis e efetuação da compra, conforme preço médio do mapa comparativo de preços da parceria celebrada. O pagamento dar-se-á por transferência eletrônica. No ato de recebimento dos materiais será realizada a conferência com a nota fiscal. <p>A aquisição dos materiais permanentes irá contribuir para melhorar a oferta dos serviços aos nossos usuários.</p> <ul style="list-style-type: none">A Coordenação Administrativa do programa juntamente com o responsável técnico pelo projeto da parceria a ser celebrada elaborará relatório (s) informativo (s) sobre a execução da meta no período de monitoramento, e na prestação de contas final da parceria.			
Etapas/atividades	Valor (R\$)	Período de Execução	
		Início	Término



CENTRO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO "SEMENTE DE AMOR"
ANTENEDORA: ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI JOÃO NEIVA, CNPJ: 32.403.602/0001-86
credenciamento de acordo com a Resolução CEE nº 2883/2011 Publicação: D.O 21/10/11
Lei de Utilidade Pública Estadual – Lei nº 5.048/1995
Lei de Utilidade Pública Municipal – Lei nº 1.516/2004
Rua Jacinta Palassi de Angeli, Nº81 Loteamento Ernesto Santos Silva- ES
CEP 29.680-000 TEL: (27) 3258-2499 / 99974-8514 E-mail: pestalozzi@ yahoo.com.br

5.1. Cotação de preço;	R\$14.998,97	NOV/2022	OUT/2023
5.2. Aquisição dos materiais permanentes;	--	NOV/2022	OUT/2023
5.3. Utilização dos materiais permanentes;	--	NOV/2022	OUT/2023
5.4. Elaboração de relatórios informativos sobre a execução da meta no período de monitoramento, e na prestação de contas final da parceria.	--	NOV/2022	OUT/2023

8. PLANO DE APLICAÇÃO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	CONCEDENTE	PROPONENTE	TOTAL
3.3.50.43	Material de consumo	R\$ 14.999,89	-	R\$ 14.999,89
	Serviços de terceiros – pessoa física	-	-	-
	Serviços de terceiros – pessoa jurídica	-	-	-
	Equipe encarregada pela execução	-	-	-
4.4.50.42	Equipamentos e materiais permanentes	R\$ 14.998,97		R\$ 14.998,97
TOTAL		R\$ 29.998,86	-	R\$ 29.998,86

8.1 Detalhamento das despesas

8.1.1. Material de consumo (3.3.50.43)

Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unt	Valor Total
MATERIAL DIDÁTICO PEDAGÓGICO				
1. Pincel para quadro branco recarregável qb preto	UN	20	5,47	109,40
2. Tesoura grande mult. Preto aço inox resina termoplástico	UN	05	16,32	81,60
3. Borracha ponteira branca simples	UN	200	0,43	86,00
4. Canetinha hidrocor 12 cores hidrográfica escolar 1.0mm	PT	55	14,57	801,35
5. Emborrachado liso antiderrapante 1.20 mt x 2.00mt	UN	30	2,40	72,00
6. Fita adesiva crepe 48mm x 50m	UN	30	13,90	417,00
7. Lápis de cor 24 sextavado	PT	60	19,57	1.174,20
8. Papel ofício A4 500 folhas gramatura	PT	40	29,23	1.169,20
9. Papel A4 sulfite	PT	60	27,23	1.633,80
10. Pasta plástica liso c/ trilho transparente	PT	29	3,03	87,87
11. Pasta lombada larga de AZ ofício com visor 285x 345mm	UN	22	16,90	371,80
12. Massa de modelar 180g c/12 cores soft 07312	UN	30	7,00	210,00
13. Caderno brochura 98 fl, capa dura	CX	50	9,90	495,00
14. Caderno brochura 48fl, capa dura	UN	50	7,26	363,00
15. Lápis preto sextavado	UN	200	0,60	120,00
16. Tinta guache 250 ml, bandeira 511	UN	20	7,90	158,00
17. Tesoura pequena, escolar 4	UN	10	7,23	72,30
18. Cola branca 35g líquida	UN	20	4,90	98,00
19. Cola colorida 23g c/06 cores acrícor	CX	20	8,33	166,60
20. Giz de cera gizão	CX	22	3,43	75,46
21. Cola para isopor 40g	UN	20	3,03	60,60
22. Caixa organizadora multiuso	UN	5	29,77	148,85
23. Pasta Sanfonada plástica duplicata	UN	10	19,90	199,00
24. Pasta Catalogo A4 plástica	UN	10	8,90	89,00
25. Cartolina 56x16 diversas cores	UN	51	1,15	58,65
26. Papel Cartão duplex	UN	24	1,66	39,84
27. Plástico Transparente PVC	UN	10	8,36	83,60



CENTRO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO "SEMENTE DE AMOR"
ANTENEDORA: ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI JOÃO NEIVA, CNPJ: 32.403.602/0001-86
credenciamento de acordo com a Resolução CEE nº 2883/2011 Publicação: D.O 21/10/11
Lei de Utilidade Pública Estadual – Lei nº 5.048/1995
Lei de Utilidade Pública Municipal – Lei nº 1.516/2004
Rua Jacinta Palassi de Angeli, Nº81 Loteamento Ernesto Santos Silva- ES
CEP 29.680-000 TEL: (27) 3258-2499 / 99974-8514 E-mail: pestalozzijn@yahoo.com.br

28. Papel adesivo liso Premium 45cm x 10m	UN	15	7,43	111,45
Subtotal				R\$ 8.553,57
MATERIAL DE LIMPEZA				
1. Rodo plástico duplo para o chão	UN	05	16,32	81,60
2. Saco de lixo 200l preto 100un	PT	10	53,63	536,30
3. Saco de lixo 100l preto 100un	PT	09	34,16	307,44
4. Saco de lixo 50l preto 100un	PT	10	22,26	222,60
5. Água sanitária 5l	UN	14	6,60	92,40
6. Sabão em barra glicerinado neutro	PT	11	6,16	67,76
7. Detergente líquido 500ml	UN	199	2,06	409,94
8. Limpador multiuso 500g	UN	40	4,84	193,60
9. Saco alvejado pano de chão branco	UN	50	7,70	385,00
10. Cloro desinfetante líquido 5l	UN	40	19,66	786,40
11. Desinfetante para uso geral 2l	UN	40	8,66	346,40
12. Vassoura de piaçaba	UN	05	16,39	81,95
Subtotal				R\$ 3.511,39
MATERIAL DE HIGIENE PESSOAL				
13. Papel higiênico pct 12 folha dupla com 30 metros	PT	50	17,93	896,50
14. Creme dental 90g	UN	40	3,59	143,60
15. Álcool gel antisséptico 500ml	UN	30	9,23	276,90
16. Papel Toalha Interfolha branco c/2000 folhas	PT	30	29,67	890,10
17. Sabonete Líquido 5Lglicerinado	UN	10	27,27	272,70
18. ÁlcoolEtflicohidratado70% 5 L	UN	09	50,57	455,13
Subtotal				R\$2.934,93

8.1.2 Serviços de terceiros – pessoa jurídica (3.3.50.43)

Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
Não se aplica				

8.1.4 Equipe encarregada pela execução (3.3.50.43)

Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
Não se aplica				
Subtotal				

8.1.5 Equipamentos e materiais permanentes (4.4.50.42)

Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unit	Valor Tot
Refrigerador DB 127 V 454L F.FBR	UN	01	5.268,33	5.268,33
Lavadora CWL 16 ABANA 16 KG Gesto Inox	UN	01	2.730,67	2.730,67
Microondas 34 L	UN	01	883,00	883,00
Ar Condicionado 18BTUS TAC 18CSA1 220v	UN	01	2.371,33	2.371,33
Ar Condicionado 12000BT 220 GER2	UN	01	1.702,30	1.702,30
Balcão para pia de banheiro 1x060	UN	02	1.021,67	2.043,34
Subtotal				14.998,97



CENTRO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO "SEMENTE DE AMOR"
ANTENEDORA: ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI JOÃO NEIVA, CNPJ: 32.403.602/0001-86
credenciamento de acordo com a Resolução CEE nº 2883/2011 Publicação: D.O 21/10/11
Lei de Utilidade Pública Estadual – Lei nº 5.048/1995
Lei de Utilidade Pública Municipal – Lei nº 1.516/2004
Rua Jacinta Palassi de Angeli, Nº81 Loteamento Ernesto Santos Silva- ES
CEP 29.680-000 TEL: (27) 3258-2499 / 99974-8514 E-mail: pestalozzijn@yahoo.com.br

9. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R\$)

REPASSE(S) DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA					
APORTE(S) DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL					
Nov/2022	Dez/2022	Jan/2023	Fev/2023	Mar/2023	Abr/2023
R\$29.998,86					
Mai/2023	Jun/2023	Jul/2023	Ago/2023	Set/2023	Out/2023

APORTE (S) DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

APORTE(S) DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL					
Nov/2022	Dez/2022	Jan/2023	Fev/2023	Mar/2023	Abr/2023
Mai/2023	Jun/2023	Jul/2023	Ago/2023	Set/2023	Out/2023

10. DECLARAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Na qualidade de representante legal da **Organização da Sociedade Civil (OSC) proponente**, declaro, para fins de prova junto à **Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social (SETADES)**, para os efeitos e sob as penas da Lei, que:

- A OSC garante a gratuidade e a universalidade em todos os seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, conforme artigo 6º, III, da Resolução nº14, de 15 de maio de 2014, do Conselho Nacional de Assistência Social;
- A OSC não se enquadra em nenhuma das condições de impedimento dispostas no artigo 39 da Lei nº 13.019/2014;
- Se o termo de fomento tiver como um de seus objetos a compra de veículo, a OSC será responsável pelo custeio de seguro do respectivo bem;
- Todos os preços propostos para aquisição de bens e/ou serviços apresentados por essa OSC foram apurados por meio de orçamentos atualizados, junto a fornecedores regulares e estão compatíveis com os preços médios praticados no mercado regional;
- Quando for proposta contrapartida, a OSC garante que os respectivos recursos, bens ou serviços indispensáveis a esta contrapartida estarão devidamente assegurados.

Nos termos em que pede e espera deferimento.

Em de de 2022.

Maria Melânia Ruy Tolomei de Araújo
Presidente

11. APROVAÇÃO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

APROVA-SE O PLANO DE TRABALHO, O QUAL DEVE SER ANEXADO AO TERMO DE FOMENTO ASSINADO.

Vitória (ES). Em de de .

Assinatura do Representante Legal/Carimbo

ASSINATURAS (2)

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

CYNTIA FIGUEIRA GRILLO
SECRETARIO DE ESTADO
SETADES - SETADES - GOVES
assinado em 31/10/2022 16:51:11 -03:00

MARIA MELANIA RUY TOLOMEI DE ARAUJO
CIDADÃO
assinado em 31/10/2022 16:43:09 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 31/10/2022 16:51:12 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por PAULA BORGIO DE CASTRO (COORDENADOR QCE-05 - GGCONV - SETADES - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2022-J2W470>



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Termo de Fomento n.º SETADES/089/2022
Processo Administrativo n.º 2022-Z8FFW

TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SETADES E O A **ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DE JOÃO NEIVA**, TENDO POR OBJETO COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA PARA A MANUTENÇÃO DO ATENDIMENTO COM QUALIDADE A 40 (QUARENTA) PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS, VINCULADO AO PROGRAMA DE AÇÕES DE HABILITAÇÃO E REABILITAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E A PROMOÇÃO DE SUA INTEGRAÇÃO À VIDA COMUNITÁRIA DESENVOLVIDO PELA ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DE JOÃO NEIVA, CUJO RECURSO DESTINAR-SE-Á AO CUSTEIO DE MATERIAIS DE CONSUMO (MATERIAL DIDÁTICO-PEDAGÓGICO, DE LIMPEZA, HIGIENE PESSOAL E MATERIAIS PERMENETES), NOS TERMOS ESTABELECIDOS NO PRESENTE INSTRUMENTO E NO PLANO DE TRABALHO.

O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SETADES**, inscrita no CNPJ sob nº 03.252.312/0001-80, com sede na Rua Dr. João Carlos de Souza, nº 107, Ed. Green Tower, CEP 29.057-530, Barro Vermelho, Vitória/ES, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL, neste ato representada por sua Secretária de Estado, a Sra. **CYNTIA FIGUEIRA GRILLO** portadora da CI nº 1483654, órgão expedidor SPTC/ES e inscrita no CPF sob o n.º 087.917.387-41, e a **ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DE JOÃO NEIVA**, inscrita(o) no CNPJ sob nº. 32.403.602/0001-86, com sede na Rua Jacinta Palassi de Angeli – S/N, Ernesto Silva, João Neiva, CEP: 29.680-000, doravante denominada(o) ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, representada pela Sra. **MARIA MELÂNIA RUY TOLOMEI DE ARAÚJO**, portadora da CI nº 5.052.152, órgão expedidor SPTC/ES e inscrita no CPF sob o nº. 396.580.407-30, resolvem celebrar o presente Termo de Fomento, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2.014, consoante o processo administrativo nº **2022-Z8FFW** e mediante as cláusulas e condições seguintes:



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO de TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O presente Termo de Fomento, tem por objeto cooperação técnica e financeira para a manutenção do atendimento com qualidade a 40 (quarenta) pessoas com deficiência do Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos, vinculado ao Programa de Ações de Habilitação e Reabilitação da Pessoa com Deficiência e a Promoção de sua Integração à Vida Comunitária desenvolvido pela Associação Pestalozzi de João Neiva, cujo recurso destinar-se-á ao custeio de materiais de consumo (material didático-pedagógico, de limpeza, higiene pessoal e materiais permanentes), conforme detalhado no Plano de Trabalho, Anexo I.

1.1.1 – O Plano de Trabalho, previsto no Anexo I, é parte integrante desse Termo, delimita os objetivos gerais e específicos, bem como define as metas e prevê o cronograma e as diretrizes das ações necessárias à consecução do objeto desse Acordo, conforme estabelecido no artigo 42, parágrafo único da Lei nº 13.019/14.

1.2 – Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.

1.3 – É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:

I – delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Estado;

II – prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Estado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2.1 – São obrigações dos Partícipes:

I – DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL:

a) fornecer manuais específicos de prestação de contas às organizações da sociedade civil por ocasião da celebração das parcerias, informando previamente e publicando em meios oficiais de comunicação às referidas organizações eventuais alterações no seu conteúdo;

b) emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeter à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;

c) realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;

d) liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do Termo de Fomento;

e) viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

- f) divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;
- g) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;
- h) designar um gestor da parceria e, na hipótese de esse deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;
- i) manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;
- j) colaborar com as ações e os projetos executados ou viabilizadas pela organização da sociedade civil e, se possível, auxiliar na elaboração das metodologias e da indicação das metas;
- k) apoiar tecnicamente e institucionalmente a OSC para boa execução, expansão e fortalecimento das ações e/ou projetos implementados por meio desta parceria;
- l) apoiar a divulgação das ações e dos projetos implementadas por meio desta parceria;
- m) instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.

II – DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

- a) manter escrituração contábil regular;
- b) prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Termo de Fomento;
- c) manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;
- d) dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;
- e) responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
- f) responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
- g) disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste Termo de Fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

h) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 – O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Fomento é de **R\$29.998,86 (vinte e nove mil novecentos e noventa e oito reais e oitenta e seis centavos)**.

3.2 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL transferirá, para execução do Termo de Fomento, recursos no valor de R\$29.998,86 (vinte e nove mil novecentos e noventa e oito reais e oitenta e seis centavos), correndo a despesa à conta da dotação orçamentária 47.901.08.244.0191.2239, UG 470901, Gestão 470901, conforme discriminação abaixo:

Fonte: 101 ED: 3.3.50.43 - **R\$14.999,89**

Fonte: 101 ED: 4.4.50.42 - **R\$14.998,97**

CLÁUSULA QUARTA – DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.

4.2 – É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Fomento, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês; ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

4.3 – Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do Termo de Fomento ou da transferência, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

4.4 – As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

I – quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II – quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Fomento;

III – quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

4.5 – Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

5.1 – O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2 – Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da organização da sociedade civil, para:

I – realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

II – finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;

III – realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;

IV – realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;

V – realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos; e

VI – repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;

VII – pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO

6.1 – O presente Termo de Fomento vigorará a partir do primeiro dia seguinte ao da publicação de seu extrato na imprensa oficial até **31/10/2023**, conforme prazo previsto no anexo Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.

6.2 – Sempre que necessário, mediante proposta da organização da sociedade civil, devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento, que deverá ser formalizada por Termo Aditivo, sendo, nessa hipótese, dispensada a prévia análise jurídica da Procuradoria Geral do Estado.

6.3 – Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a administração pública estadual promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente Termo de Fomento, independentemente de proposta da organização da sociedade civil, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

6.4 – Toda e qualquer prorrogação deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Fomento ou da última dilação de



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO de TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

7.1 – A administração pública estadual designará um gestor, e respectivo suplente, responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução desta parceria, na forma do artigo 61 da Lei Federal nº 13.019/2014.

7.2 – Na hipótese de paralisação das atividades, a OSC deverá informar a administração pública estadual, através do(a) gestor (a), no prazo máximo de 30 (trinta) dias, para que possam ser tomadas as devidas providências.

7.3 – O relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei n.º 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

I – descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II – análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III – valores efetivamente transferidos pela administração pública;

IV – análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo Termo de Fomento;

V – análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

7.4 – Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I – retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

II – assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

7.5 – A execução física do objeto será acompanhada pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, por intermédio da Subsecretaria de Assistência e Desenvolvimento Social - SUBADES, observado o disposto no artigo 59 da Lei nº 13.019/2014, ficando, desde já, designados por meio do Resumo do Termo de Fomento os gestores e suplentes que exercerão suas atribuições em conformidade com o artigo 61 da Lei 13.019/2014.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 – A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

I – extrato da conta bancária específica;

II – notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;

III – comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;

IV – material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;

V – relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e

VI – lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.

Parágrafo Primeiro. Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

Parágrafo Segundo. A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até noventa dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

8.2 – A prestação de contas relativa à execução do Termo de Fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

I – relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

II – relatório de execução financeira do Termo de Fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

8.3 – A Administração pública estadual considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

I – relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;

II – relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Fomento.

8.4 – Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei nº 13.019, de 2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

I – os resultados já alcançados e seus benefícios;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

II – os impactos econômicos ou sociais;

III – o grau de satisfação do público-alvo;

IV – a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

8.5 – A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019, de 2014, devendo concluir, alternativamente, pela:

I – aprovação da prestação de contas;

II – aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou

III – rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

8.6 – Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

Parágrafo Primeiro. O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

Parágrafo Segundo. Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

8.7 – A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

Parágrafo Único. O transcurso do prazo definido nos termos do caput sem que as contas tenham sido apreciadas:

I – não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

II – nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

8.8 – As prestações de contas serão avaliadas:

I – regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II – regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

III – irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

- a) omissão no dever de prestar contas;
- b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
- c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
- d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

8.9 – O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

8.10 – Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no Termo de Fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

8.11 – Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES

9.1 – A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, durante sua vigência, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.

9.2 – Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto

9.3 – As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria Geral do Estado, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.

9.4 – É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento.

9.5 – A atualização do Plano de Trabalho que objetive a adequação do cronograma ou de valores sem a alteração de metas poderá ser registrada por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento conforme autoriza o art. 57 da Lei nº 13.019/14.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO de TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

10.1 – Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

I – advertência;

II – suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III – declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

Parágrafo Único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva de Secretário Estadual, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

10.2 – Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

10.3 – A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS BENS REMANESCENTES

11.1 – Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

11.2 – Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Fomento.

11.3 – Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

11.4 – Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados a outra Organização da Sociedade Civil que se proponha a fim igual ou semelhante ao da Organização donatária, quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado,

11.5 – Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução de objeto igual ou semelhante ao previsto neste Termo de Fomento, sob pena de reversão em favor da Administração Pública.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO de TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO

12.1 – O presente Termo de Fomento poderá ser:

I – denunciado a qualquer tempo, por escrito, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II – rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

- a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
- c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e
- d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

12.2 – O presente instrumento será também extinto pela superveniência de norma legal que o torne formal ou materialmente inexequível.

Parágrafo Primeiro - Durante o período de aviso prévio, os direitos e obrigações das Partes previstos nesse Termo manter-se-ão inalterados, salvo se as Partes ajustarem de outra forma.

Parágrafo Segundo - Findo o prazo do aviso prévio, as Partes serão responsáveis somente pelas obrigações que, em razão da natureza pela qual se revestem, sobrevivam ao término do Termo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

13.1 – A eficácia do presente Termo de Fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado, a qual deverá ser providenciada pela administração pública estadual até o quinto dia útil do mês seguinte ao da assinatura, e ocorrer no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

14.1 – Qualquer invento, aperfeiçoamento ou inovação tecnológica, obtenção de produto ou processo resultante das ações envolvidas no âmbito do presente Termo de Fomento terá sua exploração econômica regida por instrumento específico, assegurada sua utilização sem ônus.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICIDADE E USO DE MARCAS

15.1 – A divulgação dos atos praticados em razão deste instrumento deverá restringir-se a caráter educativo, informativo ou de disseminação de informação e conhecimento, respeitados os direitos autorais.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO de TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

15.1.1 – Os Partícipes acordam que a utilização de suas respectivas marcas, representadas por seus títulos e logotipos, somente poderá ocorrer com a autorização expressa de seu proprietário.

15.1.2 – Os Partícipes obrigam-se a submeter, previamente e por escrito, à aprovação um do outro, qualquer matéria técnica ou científica decorrente da execução deste instrumento, a ser eventualmente divulgada em publicações, relatórios, conclaves, propagandas, concursos e congêneres.

15.2 – Não poderão constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos em geral de eventual publicidade de quaisquer atos executados em função deste Termo de Fomento ou que com ele tenham relação

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO SIGILO DAS INFORMAÇÕES E COMUNICAÇÕES

16.1 – Durante o desenvolvimento do projeto, as partes se obrigam a manter sob o sigilo os dados e informações referentes às ações consideradas e definidas como confidenciais, não podendo de qualquer forma, direta ou indiretamente, dar conhecimento, a terceiros não autorizados, das informações confidenciais trocadas entre os acordantes ou por eles geradas na vigência do presente termo.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

17.1 – As Partes reconhecem que, para a execução do Termo, será necessário o tratamento de dados pessoais, e se comprometem a cumprir as disposições da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (“LGPD”), conforme periodicamente alterada, bem como das demais leis e regulamentos relacionados à proteção de dados pessoais e privacidade que possam ser aplicados a qualquer tratamento de Dados Pessoais no âmbito do Termo (“Legislação de Proteção de Dados Aplicável”).

17.2 – As Partes se comprometem a somente utilizar as informações e dados pessoais compartilhados para a realização das atividades decorrentes do objeto do presente Termo.

17.3 – As Partes se comprometem a manter registros de todas e quaisquer atividades relacionadas aos dados pessoais compartilhados ou obtidos em decorrência do Termo, fornecendo tais registros sempre que solicitados, de forma justificada.

17.4 – As Partes adotarão todas as medidas técnicas de segurança razoáveis, de acordo com o padrão de mercado e a legislação brasileira, para resguardar os dados pessoais tratados em decorrência do presente Termo, mantendo a outra parte indene de quaisquer danos ou prejuízos decorrentes de qualquer tratamento de dados realizado em desacordo com esse Termo e/ou a Legislação de Proteção de Dados Aplicável.

Parágrafo Único. Para os fins desta Cláusula, consideram-se dados pessoais toda e qualquer informação relacionada a uma pessoa natural identificada ou identificável, conforme definido na LGPD.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1 – Fica eleito o foro do Juízo de Vitória – Comarca da capital do Estado do Espírito Santo, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem, para dirimir dúvidas decorrentes do presente instrumento, que não puderem ser resolvidas administrativamente.

18.2 – Antes de qualquer providência jurisdicional visando solucionar dúvida quanto à interpretação do presente instrumento, deverão os partícipes buscar solução administrativa, com a participação da Procuradoria Geral do Estado, por meio da Câmara de Prevenção e Resolução Administrativa de Conflitos do Espírito Santo CPRACES, criada pela Lei Complementar nº 1.011/2022.

Vitória/ES, ___ de _____ de 2022.

CYNTIA FIGUEIRA GRILLO

Secretária de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social

MARIA MELÂNIA RUY TOLOMEI DE ARAÚJO

Presidente do (a) Associação Pestalozzi de João Neiva

ASSINATURAS (2)

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

CYNTIA FIGUEIRA GRILLO
SECRETARIO DE ESTADO
SETADES - SETADES - GOVES
assinado em 31/10/2022 16:51:08 -03:00

MARIA MELANIA RUY TOLOMEI DE ARAUJO
CIDADÃO
assinado em 31/10/2022 16:43:09 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 31/10/2022 16:51:10 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por PAULA BORGIO DE CASTRO (COORDENADOR QCE-05 - GGCONV - SETADES - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2022-6FMPQP>

Justificativa de Dispensa de Chamamento Público para Celebração do Termo de Fomento Nº SETADES/097/2022

Processo nº.: 2022-DHJZ9

Partes: Estado do Espírito Santo por intermédio da Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social e o Lar da Fraternidade de Linhares.

Objeto: Cooperação Técnica e Financeira para a manutenção da oferta do Serviço de Acolhimento Institucional (Residência Inclusiva) para jovens/adultos com deficiência, por meio do custeio de materiais de consumo (gênero alimentício, limpeza/cozinha, EPIs uniformes, material de papeleria, escritório, mochila e produtos de cama e banho), Contratação de 01(um (a)) Assistente Administrativo para suporte pelo período de 12 meses, para atuação no Serviço de Acolhimento.

Valor: R\$ 69.999,50 (sessenta e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e cinquenta centavos), de repasse da Administração Pública, proveniente das Emendas Parlamentares nº. 0544 e nº 848 LOA 2022.

Fundamento Legal: Artigo 29, Lei 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015

Justificativa: Trata-se de recursos decorrentes de emenda parlamentar à Lei Orçamentária Anual - LOA.

Vitória, 31 de outubro de 2022.

Cyntia Figueira Grillo

Secretária de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social

Protocolo 960783

Resumo do Termo de Fomento SETADES/093/2022

Processo nº.: 2022-B7P0F

Registro SIGEFES: 220545

Administração Pública: Estado do Espírito Santo por intermédio da Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social.

Organização da Sociedade Civil: Caritas Diocesana De São Mateus - Caritas.

Objeto: cooperação técnica e financeira para a manutenção do atendimento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, através do pagamento de parte equipe encarregada pela execução (03 educadores sociais e 01 auxiliar de serviços gerais), visando à melhoria na qualidade das atividades ofertadas a 40 usuários do Projeto "Margarida Gerna".

Valor: R\$ 20.000,00 (vinte e cinco mil reais), de repasse da Administração Pública, proveniente da Emenda Parlamentar nº. 597 da LOA 2022.

Vigência: a partir do primeiro dia subsequente ao da publicação até 31/10/2023.

Dotação Orçamentária: 47.901.08.244. 0191.2239

Elemento de Despesa: 3.3.50.43

Fonte: 101

Gestor Titular: Servidora Marília de Fátima Gonçalves Lima, matrícula nº 197741.

Gestor Suplente: Servidora Simone Pereira de Assis Wasem, matrícula nº 371273.

Vitória, 31 de outubro de 2022.

Cyntia Figueira Grillo

Secretária de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social

Protocolo 960787

Justificativa de Dispensa de Chamamento Público para Celebração do Termo de Fomento Nº SETADES/093/2022

Processo nº.: 2022-B7P0F

Partes: Estado do Espírito Santo por intermédio da Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social e a Caritas Diocesana De São Mateus - Caritas.

Objeto: cooperação técnica e financeira para a manutenção do atendimento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, através do pagamento de parte equipe encarregada pela execução (03 educadores sociais e 01 auxiliar de serviços gerais), visando à melhoria na qualidade das atividades ofertadas a 40 usuários do Projeto "Margarida Gerna".

Valor: R\$ 20.000,00 (vinte e cinco mil reais), de repasse da Administração Pública, proveniente da Emenda Parlamentar nº. 597 da LOA 2022.

Fundamento Legal: Artigo 29, Lei 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015

Justificativa: Trata-se de recursos decorrentes de emenda parlamentar à Lei Orçamentária Anual - LOA.

Vitória, 31 de outubro de 2022.

Cyntia Figueira Grillo

Secretária de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social

Protocolo 960791

Resumo do Termo de Fomento SETADES/089/2022

Processo nº.: 2022-Z8FFW

Registro SIGEFES: 220558

Administração Pública: Estado do Espírito Santo por intermédio da Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social.

Organização da Sociedade Civil: Associação Pestalozzi de João Neiva.

Objeto: cooperação técnica e financeira para a manutenção do atendimento com qualidade a 40 (quarenta) pessoas com deficiência do Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos, vinculado ao Programa de Ações de Habilitação e Reabilitação da Pessoa com Deficiência e a Promoção de sua Integração à Vida Comunitária desenvolvido pela Associação Pestalozzi de João Neiva, cujo recurso destinar-se-á ao custeio de materiais de consumo (material didático-pedagógico, de limpeza, higiene pessoal e materiais permanentes).

Valor: R\$29.998,86 (vinte e nove mil novecentos e noventa e oito reais e oitenta e seis centavos), de repasse da Administração Pública, proveniente das Emendas Parlamentares nº. 953 e 1328 da LOA 2022.

Vigência: a partir do primeiro dia subsequente ao da publicação até 31/10/2023.

Dotação Orçamentária: 47.901.08.244. 0191.2239

Elemento de Despesa: 3.3.50.43 e 4.4.50.42

Fonte: 101

Gestor Titular: Servidora Veruska Fávoro Brandão, matrícula nº 2828332.

Gestor Suplente: Servidora Simone Pereira de Assis Wasem, matrícula nº 371273.

Vitória, 31 de outubro de 2022.

Cyntia Figueira Grillo

Secretária de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social

Protocolo 960807

Justificativa de Dispensa de Chamamento Público para Celebração do Termo de Fomento Nº SETADES/089/2022

Processo nº.: 2022-Z8FFW

Partes: Estado do Espírito Santo por intermédio da Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social e a Associação Pestalozzi de João Neiva.

Objeto: cooperação técnica e financeira para a manutenção do atendimento com qualidade a 40 (quarenta) pessoas com deficiência do Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos, vinculado ao Programa de Ações de Habilitação e Reabilitação da Pessoa com Deficiência e a Promoção de sua Integração à Vida Comunitária desenvolvido pela Associação Pestalozzi de João Neiva, cujo recurso destinar-se-á ao custeio de materiais de consumo (material didático-pedagógico, de limpeza, higiene pessoal e materiais permanentes).

Valor: R\$29.998,86 (vinte e nove mil novecentos e noventa e oito reais e oitenta e seis centavos), de repasse da Administração Pública, proveniente das Emendas Parlamentares nº. 953 e 1328 da LOA 2022.

Fundamento Legal: Artigo 29, Lei 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015

Justificativa: Trata-se de recursos decorrentes de emenda parlamentar à Lei Orçamentária Anual - LOA. Vitória, 31 de outubro de 2022.

Cyntia Figueira Grillo

Secretária de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social

Protocolo 960811

Resumo do Termo de Fomento SETADES/095/2022

Processo nº.: 2022-GPQ5V

Registro SIGEFES: 220550

Administração Pública: Estado do Espírito Santo por intermédio da Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social.

Organização da Sociedade Civil: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais da Serra - APAE da Serra.

Objeto: Cooperação Técnica e Financeira para manutenção dos serviços e atendimentos ofertados especialmente por meio do Programa de Habilitação e Reabilitação da Pessoa com Deficiência e a Promoção de sua Integração à Vida Comunitária no campo da Assistência Social, através da aquisição de energia fotovoltaica, visando à melhoria contínua dos atendimentos destinados aos usuários.

Valor: R\$59.998,47 (cinquenta e nove mil novecentos e noventa e oito reais e quarenta e sete centavos), de repasse da Administração Pública, proveniente das Emendas Parlamentares nº. 1315 e 1321 da LOA 2022.

Vigência: a partir do primeiro dia subsequente ao da publicação até 31/10/2023.

Dotação Orçamentária: 47.901.08.244. 0191.2239

Elemento de Despesa: 4.4.50.42

Fonte: 101

Gestor Titular: Servidora Marilia de Fátima Gonçalves Lima, matrícula nº 197741.

Gestor Suplente: Servidora Rosimery Rosa Silva Ribeiro, matrícula nº 3292274.

Vitória, 31 de outubro de 2022.

Cyntia Figueira Grillo

Secretária de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social

Protocolo 960816

Justificativa de Dispensa de Chamamento Público para Celebração do Termo de Fomento Nº SETADES/095/2022

Processo nº.: 2022-GPQ5V

Partes: Estado do Espírito Santo por intermédio da Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais da Serra - APAE da Serra.

Objeto: Cooperação Técnica e Financeira para manutenção dos serviços e atendimentos ofertados especialmente por meio do Programa de Habilitação e Reabilitação da Pessoa com Deficiência e a Promoção de sua Integração à Vida Comunitária no campo da Assistência Social, através da aquisição de energia fotovoltaica, visando à melhoria contínua dos atendimentos destinados aos usuários.

Valor: R\$59.998,47 (cinquenta e nove mil novecentos e noventa e oito reais e quarenta e sete centavos), de repasse da Administração Pública, proveniente das Emendas Parlamentares nº. 1315 e 1321 da LOA 2022.

Fundamento Legal: Artigo 29, Lei 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015

Justificativa: Trata-se de recursos decorrentes de emenda parlamentar à Lei Orçamentária Anual - LOA. Vitória, 31 de outubro de 2022.

Cyntia Figueira Grillo

Secretária de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social

Protocolo 960817

Resumo do Termo de Fomento SETADES/096/2022

Processo nº.: 2022-SPDLM

Registro SIGEFES: 220551

Administração Pública: Estado do Espírito Santo por intermédio da Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social.

Organização da Sociedade Civil: Instituto Som da Ilha - Som da Ilha.

Objeto: cooperação financeira para continuidade do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos através da aplicabilidade da ferramenta do ensino de musicalização, socialização das crianças e adolescentes e outras atividades a serem realizadas no horário de contraturno escolar dos atendidos, por meio da realização de despesas de custeio, dos serviços de terceiros e aquisição de material de consumo, visando à melhoria da qualidade dos atendimentos aos usuários em situação de vulnerabilidade social, atendidas no Instituto Som da Ilha.

Valor: R\$54.999,90 (cinquenta e quatro mil novecentos e noventa e nove reais e noventa centavos), de repasse da Administração Pública, proveniente das Emendas Parlamentares nº. 0134, 0319, 0736 e 1020 da LOA 2022.

Vigência: a partir do primeiro dia subsequente ao da publicação até 31/12/2023.

Dotação Orçamentária: 47.901.08.244. 0191.2239

Elemento de Despesa: 3.350.43

Fonte: 101

Gestor Titular: Servidora Marilia de Fátima Gonçalves Lima, matrícula nº 197741.

Gestor Suplente: Servidora Carliza Pereira Pinto, matrícula nº 3371387.

Vitória, 31 de outubro de 2022.

Cyntia Figueira Grillo

Secretária de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social

Protocolo 960824



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 01/11/2022 09:43:51 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por PAULA BORGIO DE CASTRO (COORDENADOR QCE-05 - GGCONV - SETADES - GOVES)
Valor Legal: CÓPIA SIMPLES | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2022-JH8X78>